

A Vulnerabilidade das Juventudes na Mídia: Uma Invisibilidade Perversa e Seletiva¹

The Vulnerability Of Young People In The Media: A Perverse And Selective Invisibility

ISRAEL SILVEIRA ROCHA

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Graduado em Relações Públicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015)
Porto Alegre-RS, Brasil.
israelsilveirarochoa@gmail.com

GIOVANE ANTONIO SCHERER

Doutor e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015 e 2010). Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre-RS, Brasil.
giovaneantonioscherer@gmail.com

ARIANI PIRES PEIXOTO

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2021)
Porto Alegre-RS, Brasil.
arianipirespeixoto@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como vem se constituindo a construção social das juventudes na mídia brasileira, a fim de identificar como a visibilidade juvenil é propagada pelos aparelhos midiáticos. Apresenta a relevância do estudo sobre os meios digitais, sobretudo após a pandemia da Covid-19, que intensificou o acesso às tecnologias. A pesquisa foi realizada através do site de notícias G1, buscando genericamente pelo termo “jovem” em notícias públicas no mês de março de 2023, a fim de identificar quais matérias estão vinculadas ao público juvenil e de que forma elas são midiaticizadas. A análise dos dados foi desenvolvida através de Análise de Conteúdo e os resultados são discutidos ao longo do artigo, sob a luz da teoria marxista.

Palavras-chave: Juventudes. Mídia. Vulnerabilidade. Políticas Públicas. Criminalização.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze how the social construction of youth has been constituted in the Brazilian media, in order to identify how youth visibility is propagated by the media apparatus. It presents the relevance of studying digital media, especially after the Covid-19 pandemic, which has intensified access to technologies.. The research was carried out through

¹ Recebido em 10 de setembro de 2023. Aprovado em 30 de novembro de 2023.

the news website G1, searching generically for the term "youth" in public news in March 2023, in order to identify which stories are linked to the youth audience and how they are mediatized. Data analysis was carried out through The data was analyzed using Content Analysis and the results are discussed throughout the article under the light of Marxist theory.

Keywords: Youths. Media. Vulnerability. Public Policies. Criminalization.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar como vem se constituindo a construção social das juventudes através da mídia brasileira, a fim de identificar qual a visibilidade juvenil propagada pelos aparelhos midiáticos. Uma pesquisa realizada em 2021 demonstrou que a internet se tornou o principal meio de informação para 43% dos brasileiros: 22% através de redes sociais e 21% através de sites e portais de notícias (ROSCOE, 2021). Dessa forma, entendemos a relevância de estudos que tematizam as mídias sociais e as interações humanas nessas redes, a fim de compreender como as tecnologias de informação e comunicação vêm transformando as relações sociais e o impacto dessas notícias no cotidiano.

Entre 2020 e 2021, houve um aumento de 7% no índice de usuários de mídias sociais digitais, o que significa que 152 milhões de brasileiros – ou seja, 81% da população – alcançaram o acesso à internet nesse período (ROSCOE, 2021). Esse aumento não foi mera coincidência, mas ocorreu sobretudo durante a pandemia da Covid-19, que alterou a formas de interação e conexão humanas: transações financeiras, educação à distância e mesmo o acesso a alguns benefícios e serviços públicos migraram para as plataformas digitais. Portanto, pensar o fenômeno da internet e a forma como agem seus usuários deixou de ser uma tarefa exclusiva de quem pesquisa tecnologias e comunicação e passou a ser objeto de interesse de diversas áreas, sobretudo nas ciências humanas e sociais.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA MÍDIA DE INFORMAÇÃO

A pandemia da Covid-19 agravou inúmeras expressões da questão social, intensificando processos de vulnerabilidade e exclusão social. Dessa forma, as condições de vida da população brasileira foram precarizadas: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), o desemprego atingiu mais de 15 milhões de brasileiros durante a pandemia (IBGE, 2021). Além disso, uma pesquisa realizada pelo Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Brasil demonstrou que a insegurança

alimentar no país atingiu os maiores índices da história, alcançando 58,7% da população. Dessa forma, em 2022, o Brasil retornou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (GUEDES, 2022).

Quando a pandemia do novo coronavírus - Covid-19 chegou ao Brasil em março do ano de 2020, o país já estava bastante fragilizado por fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. O recrudescimento do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas relações sociais brasileiras apresentava uma conjuntura de instabilidade e desproteção na condição de vida da classe trabalhadora. O desemprego estrutural, a insegurança alimentar, a violência institucionalizada, o clima de tensão, os escândalos ambientais e o empobrecimento constituíam a realidade do país (PEIXOTO; SILVA; FERREIRA, 2023, p. 36).

Contraditoriamente, no mesmo período, os ricos ficaram mais ricos, evidenciando um cenário de extrema desigualdade social: enquanto, mundialmente, houve um aumento de 10% no número de milionários, o Brasil foi o país com maior redução de milionários no mundo: 34%, de acordo com o Global Wealth Report 2021. É evidente que, num cenário de desigualdade e precariedade nas condições de vida, em que a maior parte da população brasileira não consegue suprir as necessidades básicas de sobrevivência, o acesso às mídias sociais não se dá de forma igualitária. Isso significa que, embora os números demonstrem uma crescente no acesso à internet, esse acesso não se dá de forma igualitária, uma vez que nem todas as pessoas possuem capacitação e/ou educação sobre mídias digitais:

Segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), 25,3% da população brasileira não possui acesso à internet – o que significa, na prática, que mais de 46 milhões de brasileiros sofrem um processo de exclusão digital e, conseqüentemente, falta de acesso a informações, plataformas, recursos, atividades, eventos e oportunidades veiculadas de forma virtual. Também é significativo observar que a renda média das pessoas que não têm acesso à internet é de até um salário-mínimo, o que implica que a exclusão digital está associada também à exclusão de renda (SILVA, 2020, p. 179).

Isso significa que os estudos sobre mídia não devem tomar um discurso homogêneo, neutro e deslocado da realidade social, como se todas as pessoas tivessem o mesmo acesso às mídias sociais. Conforme complementa Dijk (2015), a dificuldade no acesso às tecnologias digitais e a falta de opções alternativas de comunicação fazem com que, muitas vezes, a única fonte de informação que chega à maior parte da população seja a mídia de massa. Dessa forma, é facilitada a reprodução de discursos pré-concebidos, tornando grande parte da classe trabalhadora suscetível à manipulação da grande mídia.

E é justamente através dessa grande audiência que as mídias assumem um papel que vai além de anunciar um fato ou entreter seu espectador: seu(s) discurso(s), ao se fazer(em) presente(s) em milhões de lares brasileiros, também se caracteriza(m) como um intenso formador de opinião. Em breves palavras, a mídia possui uma função ideológica, sendo mais do que um mero entretenimento: detém a capacidade de influenciar as opiniões do público e, portanto, a capacidade de acelerar a reprodução em massa de discursos ideológicos, nem sempre conectados à realidade concreta.

Desse modo, compreender como esses discursos são proferidos e buscar entendimentos acerca de suas influências na sociedade brasileira são desafios contemporâneos bastante importantes. Para Dijk, interpretar a opinião da sociedade significa, também, interpretar os atores responsáveis por moldar essa opinião: entender quem compõe a “elite” midiática, ou seja, aqueles que detém poder sobre os meios de informação e comunicação:

Essa elite não necessariamente detém o capital, mas necessariamente detém o acesso aos meios de comunicação, que afetam a formação de opinião da população. Por exemplo, nem todos têm igual acesso à mídia, à fala e às escritas médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas (DIJK, 2015, p. 89).

Dessa maneira, entendendo que a presença da internet se faz cada vez mais presente na vida da população brasileira, ainda que de forma desigual, o foco de nosso trabalho está em compreender os discursos midiáticos propagados na formação da opinião comum. Para isso, delineamos nosso trabalho no âmbito das juventudes, como explicaremos adiante.

2 AS JUVENTUDES NA PESQUISA: NOTAS EXPLICATIVAS

Depois de apontar algumas questões importantes para contextualizar o período temporal e social *do qual* falamos, consideramos relevante contextualizar, também, *de onde* falamos: a partir de qual período e realidade social produzimos este trabalho. Os autores deste texto são pesquisadores do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP), vinculado ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse grupo desenvolve pesquisas relacionadas às áreas de política social, políticas públicas, juventudes e violências.

O grupo é vinculado ao CNPq e é composto por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento: Serviço Social, Direito, Comunicação, Educação Física, Psicologia, entre

outros. Apesar de ser um grupo vinculado a um Programa de Pós-graduação, também recebe estudantes de Graduação em Serviço Social. A multidisciplinariedade que compõe o Grupo de Estudos expressa, ainda, a produção de saberes interseccionalizados: embora as pesquisas desenvolvidas pelo grupo sejam voltadas às expressões do juvenicídio – sobre o qual falaremos adiante –, as pesquisas desenvolvidas individualmente pelos mestrandos que compõem o grupo têm um enfoque diversificado, abordando desde o trabalho no futebol até as medidas socioeducativas e questões de gênero. Essa diversidade representa, ainda, o amplo conceito de Juventudes do qual o grupo parte seus estudos.

De acordo com o Estatuto da Juventude, jovens são pessoas que têm entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013), ou seja, é uma parcela social que engloba a faixa etária que compreende o desenvolvimento da adolescência até a vida adulta. Embora esse conceito seja legitimado juridicamente, entendemos o conceito de juventude na concepção de Valenzuela (2005), que afirma que essa parcela populacional é permeada por construções heterogêneas, marcada por amplos antagonismos de gênero, raça e classe.

Dessa forma, nossas compreensões acerca das juventudes são plurais, entendendo que os jovens são concebidos de diferentes formas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. A forma como cada sociedade lida com seus jovens define o modo de ser de cada juventude; portanto, ao nos referirmos ao público jovem, abordaremos o termo no plural: *juventudes*, buscando apreender as diferentes concepções e diversidades existentes dentro dessa parcela populacional e evitando um conceito fechado, estigmatizante e reducionista das experiências juvenis.

Em vista disso, ao tomar como desafio a proposição de um trabalho para o dossiê “A diversidade das vulnerabilidades: incentivo para a elaboração das políticas públicas contemporâneas”, nos pareceu interessante protagonizar as juventudes no debate sobre cultura, sociedade, políticas públicas e tecnologias de informação e comunicação. Além disso, entendemos que a inserção do debate crítico sobre a criminalização e a vulnerabilidade juvenil no âmbito científico e acadêmico é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de proteção social para esse segmento populacional.

Outro fator que incentivou os autores a proporem este trabalho é a construção de saberes interdisciplinares implicados ao estudo. Tal multidisciplinariedade de saberes compõem concepções mais amplas e complementares, contribuindo para uma interpretação

social complexa e pluralizada. Assim, neste estudo, dialogamos com o Serviço Social, Direito e Comunicação Social, propondo uma abordagem sobre juventudes que desvele seus complexos modos de ser.

Entendemos, contudo, que o contexto neoliberal de precarização das condições de vida da classe trabalhadora impacta diretamente nas trajetórias juvenis; assim, este trabalho é delineado no pensamento crítico marxista, abordando a análise da realidade social nas reflexões propostas. Este trabalho busca contribuir com os estudos acerca do acesso das juventudes nas políticas sociais de educação, saúde, lazer e segurança pública, lançando luz às suas trajetórias para além das vivências de suor, sangue, violências e desigualdades.

Assim, a proposta deste texto é demonstrar como as mídias vêm construindo a imagem das juventudes, uma vez que já foi exposta a capacidade desses meios de comunicação em moldar opiniões e reproduzir ideologias dominantes, que raríssimas vezes encontram-se ao lado da classe trabalhadora. Adiante, abordaremos a metodologia empregada neste trabalho, de forma a atender aos objetivos propostos neste trabalho, os quais serão apresentados no próximo capítulo.

Entendemos, ainda, que o debate sobre juventudes, mídia, políticas públicas e criminalização é bastante amplo e carece de mais atenção por parte da produção de conhecimento. Assim, este texto, reduzido a algumas páginas, não esgota todas as possibilidades de debate. Apresentamos, dessa forma, algumas categorias centrais para a análise de nosso objeto, tomando consciência da necessidade de aprofundar esses estudos no âmbito científico, jurista e social, com aporte teórico-metodológico fincado no solo da dialética marxista, fecunda em suas mediações e contradições.

3 CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR: NOTAS METODOLÓGICAS

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como vem se constituindo a imagem social da juventude através da mídia brasileira. Os objetivos específicos consistem em a) avaliar qual a visibilidade juvenil que os aparelhos midiáticos propagam, b) analisar quais são as categorias centrais das notícias vinculadas aos jovens e, por último, c) discutir a relação dessas categorias com o atual cenário brasileiro.

Dessa forma, buscando compreender o fenômeno midiático de reprodução de ideologias, sobretudo no âmbito das juventudes, foram analisadas as notícias do Portal G1, publicadas durante o mês de março de 2023, que continham o termo “jovem”. A escolha genérica foi intencional, justamente para compreender os conteúdos midiáticos das notícias que abordam as juventudes: entendemos que este último termo é explorado no âmbito acadêmico, mas os meios de comunicação geralmente usam o termo “jovem”, sendo mais acessível e rotineiro para a maior parte das pessoas.

A escolha pelo Portal G1 deu-se por se tratar do maior portal de notícias em veiculação digital no Brasil². Dessa forma, foi possível obter dados confiáveis e com idoneidade, buscando atender a alguns parâmetros éticos na construção deste estudo. A técnica utilizada para análise dos dados foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), com o objetivo de não somente verificar as palavras mais utilizadas em cada reportagem, mas também compreender o teor linguístico de cada uma, através do discurso proferido em formato de notícia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa mencionada acima, foram obtidas 598 notícias, que foram divididas em duas categorias: teor policial e teor não policial. A elaboração dessas categorias baseou-se nos dados obtidos pela pesquisa sobre o fenômeno do juvenicídio, presente na obra de Scherer (2022), onde foi possível encontrar significativos dados relacionados à violência e repressão contra jovens na sociedade brasileira. Apesar de não impressionar – considerando que retrata a realidade social vivenciada no cotidiano de determinados grupos juvenis –, os dados encontrados são alarmantes e reafirmam a urgência em (re)pensar políticas sociais de proteção social para as juventudes.

A ampla porcentagem dos dados (87,12%) se refere a casos policiais, que foi dividida em categorias como homicídios, drogas, acidentes e outros fatores relacionados à criminalidade. Já nos 12,88% que representam notícias de teor não policial, 40,26% delas têm relação direta com trabalho, enfatizando a visão capitalista de desenvolvimento ocupacional. Esses dados revelam uma realidade de criminalidade e trabalho, que estão arraigados a um viés capitalista que encontra – ou finge encontrar – na ocupação laboral uma “oportunidade” de “ser alguém na vida”.

² Disponível em: <https://top10mais.org/sites-de-noticias/> Acesso em: 03 jun. 2023.

Na seleção das reportagens assinaladas com teor policial, identifica-se que a maior parte (43,57%) possui relação com homicídios; 24,95% têm relação com acidentes e 11,90% são classificadas como violência. As demais categorias contribuem para a efetivação do discurso que relaciona criminalidade aos jovens e enfatiza sua conduta de perigo à sociedade. Na classificação das reportagens não policiais, as categorias como cultura, saúde e superação, que seguem após a líder (trabalho com 40,26%) estão com seus índices equiparados, demonstrando que nesta etapa a única temática sobressalente é o labor. As categorias identificadas com suas respectivas porcentagens seguem no quadro abaixo:

Quadro 1 – Categorização das notícias sobre “jovens” no portal G1

598 NOTÍCIAS	
77 Não-policiais (12,88%)	521 Policiais (87,12%)
31 Trabalho (40,26%)	227 Homicídio (43,57%)
13 Cultura (16,88%)	130 Acidente (24,95%)
7 Educação (9,09%)	62 Violência (11,90%)
7 Superação (9,09%)	33 Desaparecimento (6,33%)
3 Esporte (3,90%)	25 Femicídio (4,80%)
3 Inovação (3,90%)	17 Drogas (3,26%)
2 Saúde (2,60%)	14 Assalto/Roubo (2,69%)
1 Empreendedorismo (1,30%)	5 Fraude (0,96%)
1 Relacionamento (1,30%)	4 Internet (0,77%)
1 Agricultura (1,30%)	3 LGBTfobia(0,58%)
1 Tecnologia (1,30%)	1 Perseguição (0,19%)
1 Política (1,30%)	
6 Diversos (7,79%)	

FONTE: Elaborado pelos autores, 2023.

5.1 Racismo, juvenicídio e políticas sociais

Os dados expostos são complexos e apresentam, cada um à sua maneira, diversas discussões acerca da condição juvenil brasileira. O fetichismo, a alienação, a retração de direitos sociais são algumas das interpretações que podemos trazer a partir desses dados. Com relação

à essa visibilidade midiática destinada aos jovens, concordamos com Salles (2004) ao afirmar que existem parcelas da juventude que recebem, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, a visibilidade e a invisibilidade. Embora opostos, se unem nesse fenômeno dinâmico e contraditório.

São vistos, pela grande mídia – e, portanto, pela sociedade em geral – como sujeitos violentos, que necessitam de intervenção justamente porque são capazes de cometer as mais bárbaras infrações à lei e à ordem social. Contudo, esses mesmos jovens têm suas trajetórias invisibilizadas tanto pelo Estado – que não garante seus direitos, mas viola muitos deles – quanto pela mídia e pela sociedade, que não os reconhecem enquanto sujeitos de direitos, ainda que cumpram judicialmente as suas sentenças criminais.

Continuam invisibilizados quando não conseguem ingressar no mercado de trabalho e são mantidos em um lugar de marginalização, distantes de condições dignas de vida e sufocados pela ação violenta do Estado. A esse fenômeno, que se materializa em diversas expressões, a autora denomina *(in)visibilidade perversa*. Perversa porque permite que os ciclos de marginalização sejam perpetuados, assim como as violências sofridas. E porque, além de não garantir os direitos constitucionais inalienáveis, ainda fragiliza e/ou inibe totalmente o acesso desses jovens a atividades culturais, vivências afetivas e participação social em lazer, esportes e demais espaços coletivos de cultura, memória e pertencimento.

Esse fenômeno é apreendido na concepção dialética de juventude que, para Groppo (2004, p. 19), demonstra dicotomias na compreensão da condição juvenil: trata-se de um “duplo movimento”, que incorpora, ao mesmo tempo e contraditoriamente, tensões entre integração e inadaptação, socialização e criação de novas formas de ser e viver diferentes, cultura e subcultura, entre outros movimentos que expressam a heterogeneidade da condição juvenil.

Considerando as reflexões contidas nos textos de Salles (2004), de Scherer (2022) e do teor das notícias veiculadas no Portal G1, importa assinalar que não são todos os jovens que sofrem essa repressão e estereótipo midiático. A população juvenil que é negra, pobre e/ou moradora de territórios periféricos possui uma maior probabilidade de sofrer os impactos desses discursos de ódio e estigmatização propagados pela mídia brasileira.

Através desses discursos de ódio, propagados ideologicamente, a juventude pobre, negra e periférica é “naturalmente” criminalizada. Para Scherer (2018), isso significa caracterizar esses jovens como “receptáculos do mal”, sem considerar a conjuntura social que (re)produz as desigualdades e violências que atingem, sobretudo, as trajetórias juvenis. Assim,

a estereotipagem presente na mídia vincula, de forma massiva, esses jovens a questões de criminalidade, ilegalidade e violência.

Não obstante, esse mesmo discurso midiático propõe que a alternativa para o crime seja o trabalho. Contudo, sabemos que, em termos de trabalho assalariado e protegido, a realidade brasileira encontra-se bastante fragilizada. Isso porque os avanços neoliberais e as flexibilizações nas leis trabalhistas precarizam as condições de trabalho no Brasil, fazendo com que muitos não consigam empregos formais, bem remunerados e protegidos.

De acordo com dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 76,9% das vítimas de morte violenta intencional em 2022 eram negras; 50,2% dessas vítimas tinham entre 12 e 29 anos, ou seja, crianças, adolescentes e jovens adultos; 91,4% eram do sexo masculino. Esses dados expressam um recorte étnico-racial e de gênero importantes para a compreensão da condição juvenil no Brasil. Além disso, 83% das pessoas mortas pela polícia brasileira em 2022 eram negros e 76% dessas pessoas eram crianças, adolescentes e jovens adultos de 12 a 29 anos (FBSP, 2023, p. 66).

Esses dados revelam uma realidade social marcada pelo racismo e pelo juvenicídio. O racismo no Brasil é elemento constitutivo e constituinte do modo de produção capitalista que aqui desenvolveu sua economia com base na dominação, exploração e escravização dos povos negros e ameríndios pelos europeus. Nesse sentido, o racismo em nosso país não é uma expressão individual, uma questão de consciência do ser, mas uma questão estrutural que perpassa por todas as relações sociais.

Como podemos perceber pelos dados expostos, o racismo é perpetuado pelo Estado, pela mídia e pela sociedade, estigmatizando e marginalizando pessoas através da discriminação étnico-racial. Silvio de Almeida (2019) entende que o racismo institucional é constituído por práticas e parâmetros discriminatórios baseados na raça, com o objetivo de manter a hegemonia branca no poder. Para o autor, esses parâmetros são incorporados à cultura, aos padrões estéticos e às práticas de poder, naturalizando a discriminação e tomando-a como parte efetiva do organismo social. Ao mesmo tempo, significa que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder hegemonicamente reproduzidas pela branquitude tornam-se o “horizonte civilizatório no conjunto da sociedade”, ou seja, tornam-se dominantes – e o racismo, estrutural e estruturante na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019, p. 26).

Isso significa que, ao Estado compactuar com valores e significados racistas na sociedade, além de perpetuar a lógica hegemônica de dominação cis-hétero-branca, ainda impacta significativamente em outros setores da sociedade. No acesso ao trabalho protegido e demais condições de vida, a população negra enfrenta um cenário de extrema desigualdade social. Essas desigualdades refletem as consequências de um Estado que, embora constitucionalmente trate todos de forma igual, na prática incorpora critérios de seletividade que não se assemelham à democracia, à justiça e à igualdade propagadas.

Embora a maior parte da população no Brasil seja composta por pessoas pretas e pardas (56,1%, de acordo com o último Censo do IBGE³), o acesso às políticas sociais de educação, saúde, lazer, segurança pública, moradia, cultura e demais serviços de proteção social é muito menor entre os negros do que entre a população branca. De acordo com o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”:

A desocupação, a subutilização e a informalidade continuam atingindo mais pretos e pardos do que brancos. Em 2021, as taxas de desocupação foram de 11,3% para os brancos, de 16,5% para os pretos e de 16,2% para os pardos. No ano anterior, esses percentuais foram de 11,1%, 17,4% e 15,5%, respectivamente (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE, 2022).

Além disso, o mesmo estudo demonstra que, em termos de melhores níveis de qualidade de vida, a presença dos negros é baixa. Esses dados revelam uma realidade social em que a sobrevivência dessas famílias é negligenciada e, também, precarizada pelas condições sociais expressamente racistas. Sem trabalho assalariado ou proteção social, sem condições dignas de ingresso e permanência em escolas e faculdades, os povos não-brancos padecem para resistir a uma realidade tão desigual, injusta e perversa.

Essa perversão se revela em diferentes níveis, inclusive dentre a força de trabalho protegida e entre as pessoas com ensino superior no país: os brancos representam mais de 40% da força de trabalho no Brasil, enquanto os pretos representam 10%; os brancos graduados recebem, em média, 50% a mais do que pessoas negras com o mesmo nível de escolaridade (Agência de Notícias do IBGE, 2022).

³ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=5%25%2C%20respectivamente,-.Os%20dados%20s%C3%A3o%20do%20estudo%20Desigualdades%20Sociais%20por%20Cor%20ou,%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%2C%20respectivamente>>. Acesso em: 19 set. 2023.

Outro elemento exposto pelos dados é o juvenicídio, ou seja, o genocídio das juventudes brasileiras. Para Valenzuela (2005), o juvenicídio é constituído por diversas expressões de desigualdade social, precarização da vida, pobreza e estigmatização de jovens. Isso significa que, para além da morte biológica, o juvenicídio é marcado também por sucessivas mortes em vida – quando a trajetória juvenil é invisibilizada, precarizada, brutalmente interrompida pelo cárcere ou pela bala do fuzil, perdida ou intencional.

As taxas de mortalidade dentre jovens negros, a massiva população carcerária composta em sua esmagadora maioria por jovens e os alarmantes índices de desemprego dentre a juventude revelam a consonância entre os ecos históricos de uma população marginalizada e as contradições presentes em nossa atualidade na permanência de um projeto de sociedade incompleto e insuficiente (MACHADO, 2018 p. 537).

Assim, podemos compreender que a condição juvenil no Brasil é marcada por antagonismos de gênero, raça e classe que agudizam as expressões da questão social e contribuem para a fragilização e precarização da vida desses jovens, além de acelerar processos de desigualdade social e uma precoce, incerta e desprotegida inserção no mercado de trabalho. Esses processos, ao mesmo tempo em que invisibilizam as trajetórias desses jovens, dão visibilidade a outros aspectos, como a culpabilização e criminalização dos jovens, encarceramento, violência e repressão.

Dessa forma, entendemos que há uma necessidade urgente em pensar políticas para os jovens que fujam da dicotomia entre crime e trabalho, emprego e marginalização. Políticas sociais de incentivo à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, de moradia, alimentação, saúde e segurança pública são essenciais para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, sobretudo nos territórios mais vulneráveis à lógica perversa do capital.

A promoção dessas políticas não deve, contudo, estar disfarçada de “cura”, “heroísmo” ou de formas de superação individual de condições difíceis na vida (meritocracia). Essas políticas são estatais, coletivas, necessitam de financiamento público e profissionais de qualidade para desempenhar esses serviços. Além disso, a promoção dessas políticas, por si só, não garante a efetivação dos direitos humanos e sociais: é necessária a articulação entre Estado e sociedade civil e a participação efetiva de pessoas negras e periféricas na formulação dessas políticas.

Portanto, ao Estado, em conjunto com seus agentes e a sociedade civil, cabe a garantia da proteção social das juventudes, não apenas voltando seus esforços para o fetichizado

mercado de trabalho, mas também atuando nas demais áreas que incluem o jovem nos espaços de socialização e promoção de igualdade. Somente com a união dos setores de desenvolvimento social tornam-se possíveis ações promotoras da proteção juvenil. Assim, compactuamos como Scherer (2020, p. 179), entendendo que “[...] a fragmentação de ações, no âmbito das políticas públicas, tende a indicar ações pontuais que não visam contemplar toda a complexidade necessária no âmbito das demandas de proteção das juventudes”.

As políticas sociais para as juventudes devem, portanto, incorporar em suas formulações todos os aspectos antagônicos de gênero, raça e classe, pensando formas de intervenção que sejam cabíveis à realidade de cada jovem. Para isso, não podemos pensar em políticas sociais de forma homogênea, nem compreender as juventudes como parte de uma mesma coisa: é necessário pensar as contradições existentes em cada uma dessas realidades. Dessa forma, buscar a efetivação da garantia de melhores condições de vida significa considerar as particularidades de cada território, as características de nosso sistema econômico e os impactos que essas construções têm na trajetória de vida desses jovens.

5 CONSIDERAÇÕES

Podemos considerar, após as reflexões de nosso estudo, que a violência no Brasil possui um alvo muito bem selecionado. Essa seleção do Estado se dá através de suas ações e, também, de suas inações: seja quando é omissivo, não garantindo direitos constitucionalmente previstos, seja quando mostra sua força de repressão e violência para com aqueles que vivem à margem do capital e das relações de poder hegemonicamente erguidas em nosso país.

Quando comparadas às pessoas brancas, as pessoas pardas e pretas têm menores condições de acesso e de permanência em diversos serviços, como Educação, Emprego e Renda, Cultura e Lazer. Não porque são menos capazes ou porque *merecem* menos, mas porque o Brasil é um país com profundas raízes racistas, elitistas e de desigualdade social.

Os dados encontrados durante esta pesquisa não esgotam as discussões sobre a temática étnico-racial. Ao contrário, mostram uma complexa realidade que necessita de transformação radical, uma transformação que vá até as raízes desses complexos, questionando e reorganizando toda a estrutura social. Uma sociedade que se sustenta sob a violência e subjugação de outros povos não pode, nem por um segundo, se autoproclamar uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Essas desigualdades sociais, permeadas por segregação racial e efetivos movimentos de juvenicídio para com os jovens não-brancos, são frutos de uma sociedade pós-colonial, escravista, patriarcal e hegemonicamente cis-hétero-branca, cujos valores morais são sofreram grandes alterações após a abolição da escravatura, o fim do regime militar e a ascensão lenta e progressista de um regime democrático no país.

De acordo com Marx e Engels (2007), as ideias dominantes nada mais são do que as ideias da classe dominante, em cada época e em cada sociedade. Essas ideias dominantes estão fortemente arraigadas à estereotipagem das juventudes, tão presente nas mídias e difundidas de forma irracional, replicando uma visão violenta e genocida sobre as populações preta, parda e pobre no país. Como lutar, contudo, diante de um cenário em que as mídias atendem aos interesses capitalistas? Ou, então, quando esses mesmos capitalistas são quem detém o poder sobre essas grandes massas de comunicação?

Essa forma de violência contra as juventudes é legitimada nos discursos, tornando esses fenômenos ainda mais complexos. Se grande parte – para não dizer todos – desses fenômenos têm profunda ligação com o modo de produção capitalista e com o regime social e econômico adotado no país, não há uma alternativa a não ser compreender que essa luta está intimamente ligada à luta de classes. Significa dizer, portanto, que a luta antirracista é, também, uma luta da classe trabalhadora. Significa dizer que é difícil superar o racismo numa sociedade que se baseia na exploração de uns corpos sobre os outros.

Dessa forma, dentro dos limites de uma sociedade genocida por natureza e desigual por necessidade, esse discurso ideológico só será superado a partir de uma superação do capitalismo e das relações forjadas sob a égide da exploração da força de trabalho. A atual conjuntura social reproduz e legitima múltiplas desigualdades e processos de violência, assim, a superação dessas desigualdades e violências precisa estar atrelada a um projeto social, político e econômico que supere, também, os longos tentáculos do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Feminismos Plurais, Pólen, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto

Rev. Interd. em Cult.e Soc. (RICS), São Luís, v.9, n. 2, jul/dez.2023
ISSN eletrônico: 2447-6498

da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 9 set. 2023.

CREDIT SUISSE. Research Institute. **Global Wealth Report 2021**. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 13 set. 2023.

DIJK, T. A. van. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação**, v. 13, n. 25, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15599/01044834/cogeime.v13n25p9-22>. Acesso em: 07 set. 2023.

GUEDES, A. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. **Senado Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

MACHADO, P. H. S. S. A condição juvenil periférica: notas introdutórias para entender a juventude no capitalismo dependente. **REBELA**, v. 8, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/3952>. Acesso em: 6 set. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEIXOTO, A. P.; SILVA, A. M. P.; FERREIRA, F. M. Proteção social e covid-19: o trabalho com famílias em um território de Porto Alegre/RS. In: CAVALCANTI, S. A. U. (org.). **Serviço Social e Política Social: desafios da intervenção profissional**. [online]. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023, p. 35-44. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/servico-social-e-politica-social-desafios-da-intervencao-profissional>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ROSCOE, B. Internet é principal meio de informação para 43%; TV é mais usada por 40%. In: **Poder 360**. 18/10/2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-preferida-de-40/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALLES, M. A. Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALLES, M.A., MATOS, M. C.; LEAL, Maria Cristina (org). **Política Social**,

família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 207-241.

SILVA, C. U. de C. Linguística da enunciação e distanciamento social: uma reflexão sobre presença e ausência a partir do sistema pronominal. **Fragmentum**, [S. l.], n. 56, p. 177–193, 2022. DOI: 10.5902/2179219448269. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/48269>. Acesso em: 15 set. 2023.

VALENZUELA, J. M. **Juvenicidio:** ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina. España Edición: Editora de Infancia y Juventud, 2005.

SCHERER, G. A. Territórios Violentos e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2018. p. 251-265.

SCHERER, G. A. Juventudes e (des)proteção social: a política nacional de juventude diante do avanço neoliberal e neoconservador. *In:* GARCIA, M. L. T.; BERNARDES, F (orgs.). **Contrarreformas ou revolução:** respostas ao capitalismo em crise. São Paulo: Cortez, 2020, p 165-181.

SCHERER, G. A. **Juvenicídio, território e políticas públicas:** rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. 1ª ed. Porto Alegre: CirKula, 2022.